A Dr.ª Berta F. Gonçalves Pacheco, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Pala & Pala — Automação Industrial, L.ª, NIF — 506296202, Endereço: Rua 1.º de Dezembro, n.º 63, Sala 1, 4580-021 Paredes, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

6 de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Berta F. Gonçalves Pacheco*. — O Oficial de Justiça, *Umbelina de Moura Barros*.

2611066737

Anúncio n.º 8153/2007

Prestação de contas administrador (CIRE) Processo: 4293/05.9TBPRD-O

N/Referência: 2889777

Data: 13-11-2007

Administrador de Insolvência: Dr. Manuel Saleiro e Silva
Insolvente: Damarsil — Empresa de Confeccções, L.ª

A Dr.ª Berta F. Gonçalves Pacheco, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Damarsil — Empresa de Confeccções, L.ª, NIF — 502921471, Endereço: Zona Industrial de Cête, 4580-319 Paredes, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

13 de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Berta F. Gonçalves Pacheco*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Manuel N. Santos*.

2611066636

3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO PORTO

Anúncio n.º 8154/2007

Encerramento de Processo

Nos autos de Insolvência n.º 172/07.3TJPRT do 3.º Juízo Civil do Porto, 2ª secção em que são Partes:

como Requerente: Pinto Coelho & Real, L.ª, NIF — 501148663, domicílio: Rua S. João de Brito, n.º 524, Sala 1, 4000-000 Porto e Requeridos: Manuel Miguel Delgado dos Anjos Galego, com domicílio: Rua S. João de Brito, 512, 7.º, Dt.º, Ramalde, 4100-452 Porto e Maria do Carmo Vaz Folhadela Marques, com domicílio: Rua Afonso Baldaia n.º 326 R/c Dt.º, 4150-016 Porto.

Administrador Insolvência: Armando Braga, profissão: Advogado, com domicílio: R Santa Catarina, 391-4.º Esq, 4000-451 Porto

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: Insuficiência da massa insolvente — artigo 39 n.º 7 al.) b) do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE).

Efeitos do encerramento: Os previstos no artigo 233.º do CIRE

24 de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Rosa Martins da Silva*. — O Oficial de Justiça, *Fernando João*.

2611067128

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA CRUZ

Anúncio n.º 8155/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) n.º 3133/05.3TBFUN

No Tribunal Judicial de Santa Cruz, 2.º Juízo de Santa Cruz, no dia 21-06-2006, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Alumínios Futuro, L.ª, NIF — 511057679,

Endereço: Sítio Abegoaria, Caniço, 9125-000 Caniço com sede na morada indicada.

São sócios-gerentes da requerida: José Ilídio Fernandes Ferreira, com residência na Vereda da Cova n.º 21 — Funchal e José Aurélio Pereira, com residência no Sítio de São João Latrão n.º 3 — Travessa das Pedras n.º 4 — Funchal, a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para Administrador da Insolvência é nomeado: Rúben Jardim de Freitas, estado civil: Casado, nascido(a) em 09-02-1966, freguesia de Porto Moniz [Porto Moniz], nacional de Portugal, NIF — 170458237, BI — 7357760, Endereço: Avenida Arriaga, 73 — 1.º, Sala 112, Edifício Marina Club, 9000-060 Funchal.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência (alínea i) do artigo 36 — CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 15 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 13-12-2007, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas aroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

12 de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Rosa Moura*. — O Oficial de Justiça, *Maria Emilia Esperança*.

2611067106